

Práticas corporais e currículo: legitimação a partir da análise documental

RESUMO

O estudo objetivou analisar o modo como os atos de currículo da Educação Física legitimam as práticas corporais no âmbito de 3 escolas de Ensino Médio de Simão Dias (SE) e as identidades projetadas. Para tanto, os respectivos projetos político-pedagógicos e planos de ensino do componente foram submetidos à análise de conteúdo. Notamos que as limitações dos espaços físicos condicionam a vivência de práticas corporais legitimadas na escola. Percebemos forte influência dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental na organização do trabalho pedagógico e a vivência exaustiva dos esportes euro-estadunidenses. Fatores que parecem contribuir para a legitimação de determinadas práticas corporais em detrimento de outras tantas. O que também pode impactar nas identidades culturais e a forma com que os estudantes se relacionam com as diferentes manifestações.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas corporais; Currículo; Ensino médio; Educação física escolar

Libni David de Santana Macêdo

Mestre em Educação
Rede pública de Educação do Estado da Bahia,
Fátima, Brasil

libni.macedo@enova.educacao.ba.gov.br
<https://orcid.org/0000-0002-7844-0044>

Marcos Garcia Neira

Livre-Docente em Educação
Universidade de São Paulo, Departamento de
Metodologia do Ensino, São Paulo, Brasil

mgneira@usp.br
<https://orcid.org/0000-0003-1054-8224>

Fabio Zoboli

Pós-doutor em Educação do Corpo
Universidade Federal de Sergipe, Departamento
de Educação Física, São Cristóvão, Brasil

zobolito@gmail.com.br
<https://orcid.org/0000-0001-5520-5773>

Corporal practices and the curriculum: legitimization through document analysis

ABSTRACT

The study aimed to analyze the way in which Physical Education curriculum acts to legitimize bodily practices within 3 high schools in Simão Dias (SE) and the projected identities. To this end, the respective political-pedagogical projects and teaching plans for the component were subjected to content analysis. We note that the limitations of physical spaces condition the experience of legitimized bodily practices at school. We noticed a strong influence of the National Curricular Parameters for Elementary Education in the organization of pedagogical work and the exhaustive experience of Euro-American sports. Factors that seem to contribute to the legitimization of certain bodily practices to the detriment of many others. This can also impact cultural identities and the way students relate to different manifestations.

KEYWORDS: Body practices; Curriculum; High school; School physical education

Prácticas corporales y currículo: legitimación basada en análisis documental

RESUMEN

El estudio tuvo como objetivo analizar la forma en que los actos curriculares de Educación Física legitiman las prácticas corporales en 3 escuelas secundarias de Simão Dias (SE) y las identidades proyectadas. Para ello, se sometieron a análisis de contenido los respectivos proyectos político-pedagógicos y planes docentes del componente. Observamos que las limitaciones de los espacios físicos condicionan la experiencia de prácticas corporales legitimadas en la escuela. Notamos una fuerte influencia de los Parámetros Curriculares Nacionales para la Educación Primaria en la organización del trabajo pedagógico y la experiencia exhaustiva del deporte euroamericano. Factores que parecen contribuir a la legitimación de determinadas prácticas corporales en detrimento de muchas otras. Esto también puede afectar las identidades culturales y la forma en que los estudiantes se relacionan con las diferentes manifestaciones.

PALABRAS-CLAVE: Prácticas corporales; Currículo; Escuela secundaria; Educación física escolar

INTRODUÇÃO

As brincadeiras, danças, lutas, esportes e ginásticas significam e dão representatividade aos corpos que delas participam. Um corpo sem práticas é um corpo “cadáver”, sem sentido, logo, a Educação Física não estuda corpos, mas sim práticas corporais. Estas incorporam sentidos às identidades, e possibilitam as relações do ser no âmbito da cultura. Entendemos aqui “o corpo como espaço de inscrição de signos, não sendo o próprio corpo, por inteiro, significável. O corpo acolhe códigos que nele ancoram ganhando assim um estatuto de significante flutuante” (Bártolo, 2007, p. 75). Isso significa afirmar que “o ‘corpo’ é uma linha de pesquisa e não uma realidade em si” (Le Breton, 2009, p. 33). “Qualquer questionamento sobre corpo requer antes a construção de seu objeto, a elucidação daquilo que subentende” (Le Breton, 2009, p. 24). Por isso, ao falar de práticas corporais, faz-se necessário colocá-las na dinâmica cultural de quem as produz. “O significado de cada prática corporal se constrói em função de diferentes necessidades, interesses e possibilidades presentes nas diferentes culturas, em diferentes épocas da história” (Neira, 2016, p. 369). As práticas corporais são traços das identidades culturais dos grupos que as criam e recriam, são formas de representação de suas objetividades e subjetividades.

As diferentes práticas corporais emergem e se desenvolvem em meio a sistemas simbólicos e linguísticos propiciados pela cultura. Sob este viés, Bártolo (2007) menciona que, onde se encontra um corpo dever-se-á encontrar também uma rede de relações instrumentais, uma série em funcionamento, de operadores epistêmicos, uma lógica de produção de sentidos, do funcionamento dos operadores e do próprio procedimento das lógicas produtivas. Para Neira (2016), quando as pessoas brincam, dançam, lutam, fazem ginásticas ou praticam esporte, sujeitos se apropriam do repertório gestual que caracteriza as práticas corporais do contexto em que se inserem.

Com a influência das ciências humanas no campo/área da Educação Física, principalmente após sua crise epistemológica na década de 1980 e 1990. Tal movimento abriu espaço para o emprego do significante “práticas corporais¹”, afinal, pretender investigar o “corpo” em detrimento de suas práticas significa reduzi-lo ao seu lado natural e físico, é colocar sua biologia à frente do social incorporado, é confundir o natural com o naturalizado (Galak, 2014). Diferentes áreas do conhecimento dedicam-se ao estudo das práticas corporais. Desse modo, a Educação Física recebeu vários contributos teóricos das ciências sociais e humanas, culminando assim com o desenvolvimento de teorias críticas para pautar suas práticas.

¹ Os trabalhos de Lazzaroti Filho *et al.* (2010) e Manske (2022) constituem boas referências para uma melhor compreensão do conceito.

Na última década do século XX, em sincronia com a democratização da sociedade, o ensino da Educação Física experimentou uma mudança de paradigmas: inspirando-se na pedagogia crítica, passou a adotar as ciências humanas como referencial, substituiu o exercício físico e o movimento enquanto objetos de estudo pela cultura corporal de movimento. Mais recentemente, no esforço de responder aos dilemas enfrentados por uma escola cada vez mais plural e democrática, ampliou seu aporte teórico com as contribuições dos estudos culturais e do multiculturalismo crítico, redimensionou sua função social, o objeto de estudo e renovou o seu fazer pedagógico. (Neira, 2018, p. 04).

As ciências sociais e humanas contribuíram com a Educação Física na formação de leitores e produtores de brincadeiras, danças, lutas, esportes e ginásticas. Nesses termos, estudar as práticas corporais passa a ser uma tarefa linguística de investigação e reelaboração das representações e significados culturais. Trata-se de compreender aspectos da cultura que lhes são próprios. O corpo só pode ser abordado a partir das práticas que lhes dão sentido: *“Volver el cuerpo un objeto de estudio es darle palabra a ese language, es hacer hablar los sentidos coyunturales outorgados a las maneras como se conciben los sujetos y la política”* (Galak, 2014, p. 357).

Enquanto prática social, assim como acontece com as práticas corporais, o currículo da Educação Física está envolto numa trama cultural perpassada por relações de poder. Inexistindo neutralidade nos atos de currículo, os significados atribuídos às práticas corporais são disputados pelos grupos sociais, cujos efeitos impactam diretamente na constituição das identidades (Neira, 2007). Antes de avançarmos, é importante frisar que Macedo (2013) define atos de currículo como todas as atividades escolares voltadas a uma determinada formação, sendo operacionalizadas por meio da seleção, organização, formulação, implementação e avaliação de saberes e valores presentes na experiência escolar. Enfim, é de fato a representação das ações e intenções pedagógicas em ebulição.

Investigação anterior (Macêdo et. al., 2018) identificou o tratamento diferenciado destinado a certas práticas corporais em detrimento de outras. Os currículos investigados se pautam exclusivamente no futebol, vôlei, basquete e handebol, ressaltando os aspectos fisiológicos e competitivos. Tal constatação fez surgir o interesse de melhor compreender a influência que os atos de currículo da Educação Física no Ensino Médio exercem na legitimação das práticas corporais e na produção das identidades dos seus sujeitos. O contexto dessa problemática está balizada em Hall (2015), na medida em que este autor entende que as identidades resultam do modo como os sujeitos são posicionados pelos discursos verbais e não verbais a seu respeito. Assim sendo, aliançados ao trabalho de Neves (2018), é possível supor que a legitimação de determinadas práticas corporais produza efeitos na formação identitária dos estudantes.

PRÁTICAS CORPORAIS E O PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO

Veloza (2009, p. 20) explica que todas as manifestações corporais, bem como suas práticas, possuem elementos diretamente influenciados por relações identitárias. “Isso permite compreender que a escola, por ser um espaço de mediação simbólica, produz leituras, interpretações, consensos e contrapontos sobre os outros agentes de legitimação cultural que modelam as nossas identidades, como é o caso do mercado e da mídia”.

Falar em relações identitárias a partir das práticas corporais é atribuir sentidos culturais às brincadeiras, danças, lutas, esportes e ginástica, é ler e interpretar essas manifestações em um processo de significação. “Dever-se-á considerar, portanto, que o corpo, qualquer corpo, é semiotizado como texto, como discurso, enquanto situação, como paixão e enquanto forma de vida, expressão de um sentido fixado.” (Bártolo, 2007, p. 36). É preciso, então, situar o corpo, ou melhor, suas práticas. “Enquanto corpo e indivíduo biológico, eu estou, a exemplo das coisas, situado num lugar, e ocupo uma posição no espaço físico e no espaço social” (Bourdieu, 2011, p. 160). O corpo no espaço não é apenas um corpo, ele possui identidade, e esta identidade lhe confere sentido, justamente sobre este corpo é que estamos a dialogar, já que, conforme Bourdieu (2011), é a partir das posições e disposições que os corpos ocupam distribuídos num espaço social que podemos compreender suas práticas, seus *habitus*.

Pensando assim, quando falamos em identidades relacionadas às práticas corporais, precisamos olhar não para o objeto em si, mas os usos e sentidos que os seus adeptos lhe conferem, e que isso faz parte de um todo social, que é a identificação do sujeito com as práticas corporais. Afinal, elas tomam o corpo como palco. Para Mauss (2015), os comportamentos corporais, bem como suas práticas, devem ser compreendidos como parte de uma tradição social, assim como ritos religiosos, obras de arte, a linguística etc. Mas isso não lhes confere um lugar estático, dado que a sociedade é composta por sujeitos plurais e em constante mudança.

A identidade atribuída a determinada prática corporal é variável tal como os participantes. O significado que o futebol possui para muitos garotos e garotas, por exemplo, pode ser distinto. O mesmo acontece com o funk, forró, brincadeira de pegador, amarelinha, ginástica artística, judô etc. Os significados circulam na cultura e são perpassados por relações de poder. Isso quer dizer que aqueles grupos socialmente posicionados em condições vantajosas, desfrutam de meios para apresentar os seus significados como verdadeiros, enquanto os demais são combatidos, rejeitados ou, simplesmente, desconsiderados (Neira, 2010).

Esse fato constitui uma variabilidade cultural a respeito dos significados atribuídos a determinada prática corporal, até mesmo numa turma com 30 estudantes. Isso se observa diante da recusa de participar das vivências² nas aulas de Educação Física. Certamente alguns, significam uma determinada brincadeira, dança, luta, esporte ou ginástica de uma maneira bastante distinta que a maioria dos colegas, e isso não pode ser encarado como problema, mas como uma expressão do caráter multicultural do grupo (Neira, 2008).

Considerando que os sujeitos são múltiplos, não podemos conceber que todos enxerguem a prática corporal em questão do mesmo modo. Logo, há aquelas que encontram respaldo cultural frente a outras, é o que faz, por exemplo, que o futebol no Brasil tenha maior adesão na escola se comparado ao rúgbi. Claro que os processos de legitimação de uma prática dependem de diversos fatores, e não podemos simplesmente dizer que uma prática é mais aceita devido à preferência dos adeptos. Há outros fatores intervenientes, históricos, políticos e sobretudo pedagógicos.

O sentido atribuído a uma prática corporal está, assim, fortemente relacionado à aceitação de postulados construídos no interior da cultura partilhada pelo grupo, o qual age de forma a identificar-se ou não com a prática, logo, a pertencer ou não ao arranjo social: “O corpo está no mundo social, mas o mundo social está no corpo (sob forma de *hexis* e *eidós*).” (Bourdieu, 2011, p. 185). “A *hexis* é a forma como os *habitus* foram incorporados, na forma de disposições permanentes, nos corpos dos sujeitos” (Zoboli e Mezzaroba, 2019, p. 7). Esta noção confere uma relação de pertencimento dos corpos e suas identidades com o *ethos*, ou seja, há uma interiorização de uma externalidade (subjetivação de uma cultura) e essa externalidade é a explicitação de uma internalização (cada corpo, em suas práticas, explicita uma cultura coletiva que se torna objetivada). Não por acaso, a partir de manifestações corporais, muitas vezes fazemos relações identitárias com modos de ser de um determinado povo, que levam, por meio do senso comum, a simplificações e generalizações. É o que acontece quando repetimos acriticamente que o brasileiro samba, o argentino dança tango; o queniano corre longas distâncias, entre outros exemplos.

Essas incorporações conferem identidade aos corpos, conseqüentemente, as práticas demonstram pertencimento em relação ao meio social, conforme aponta Bourdieu (2011, 185): “A relação dóxica com o mundo natal é uma relação de pertencimento e de posse na qual o corpo possuído pela história se apropria de maneira imediata das coisas habitadas pela mesma história.” De toda sorte, ao falarmos de práticas corporais e como elas se inserem nas relações de identidade e pertencimento, estamos a falar de corpos produzidos para certas identidades e para pertencer a

² Assumimos a noção de vivência defendida por Nunes *et al.* (2021), como execução de uma determinada prática corporal.

certos modos de vida. O conceito de *habitus* se insere perfeitamente nesse contexto, quase sinalizando uma “naturalização” da incorporação dessas estruturas sociais, uma vez que é gerado pelas formas de existência das mais diversas culturas.

Portanto, não é possível falar de práticas corporais, identidade e pertencimento, sem trazer à tona o “palco” de suas ocorrências, ou seja, o corpo! Lembrando sempre, não o corpo anatômico, mas o corpo social, cultural, em suma, o corpo político: produzido para pertencer ou não, para ser normal ou não, enfim, para ser e estar no mundo.

A legitimação das práticas corporais no currículo da Educação Física é de suma importância. Uma vez que são os atores educacionais que, por meio de seus atos, dão vida ao currículo (Macedo, 2013), são eles próprios que legitimam as práticas na escola através de processos de identidade, pertencimento e representação. Segundo Bracht (2007), a legitimidade se atrela às construções históricas, sociais, pedagógicas, enfim, culturais da Educação Física.

[...] legitimidade, pode, aqui, ser entendida como um processo social que se constrói com base nos significados sociais e nas suas tradições, que evolui continuamente e historicamente e que pode ser influenciada pelo próprio contexto escolar, pelas crenças, pelos valores, pela formação inicial, pelas experiências passadas, assim como pela prática pedagógica exercida no ofício da docência. (Mesquita Junior e Thiesen, 2016, p. 244).

Graças ao currículo, principalmente da Educação Física, que acontece a legitimação das práticas corporais na escola. Igualmente, influencia na elaboração, fazendo circular uma representação do que venha a ser o componente. É preciso entender que o ser humano é dado a legitimar aquilo que se apresenta como tal e a escola é uma agência bastante efetiva nesse intento (Neira e Uvinha, 2009).

Há um processo de *mimesis* social, uma imitação, mas não de forma inconsciente e despercebida. Para Mauss (2015), as técnicas corporais podem ser transmitidas de diversas formas, seja pela oralidade, representação gráfica ou pelo movimento em si, como expressão simbólica de valores aceitos por aquela sociedade em questão. Tudo está no jogo da significação das práticas.

Para Bártolo (2007), só há significação ou sentido se houver ato. Logo, podemos dizer que só há representação se houver uma ação que vá ao encontro da legitimação de determinadas práticas. “A Educação Física é, portanto, portadora de sentidos e significados, que influenciam e são influenciados pelas ações realizadas nas aulas, formando um *continuum* entre ação e representação, que acaba moldando a ideia que se tem de aula de Educação Física” (Veloza, 2009, p. 27). Há uma relação simbiótica entre ação e significação, assim como entre ação e representação.

Antes de serem “atores educacionais”, alunos e professores são sujeitos da cultura, à mercê de diferentes influências, sejam elas familiares, acadêmicas, midiáticas, todas sociais. Provavelmente, esses sujeitos possuem olhares distintos sobre as práticas corporais, a partir de suas referências. É sabido que nas aulas de Educação Física, alguns significados atribuídos às práticas corporais contribuem para a sua legitimação, enquanto outros incidem na sua marginalização. É fato que naturalizamos esse processo, sem dar-nos conta dos grupos ou setores que se favorecem e daqueles que se prejudicam.

As aulas de EF e a tematização das práticas corporais não estão livres do domínio de instâncias sociais. A legitimação se inscreve sob estas influências. É, portanto, de extrema importância: “[...] ampliarmos as compreensões e reflexões quanto às implicações dessas disposições sociais, culturais, econômicas e históricas nos agentes que vão participando dos contextos pedagógicos de aprendizagem no que se refere à educação do corpo.” (Zoboli e Mezzaroba, 2019, p. 07). Assim sendo, os meandros da legitimação das práticas corporais por meio dos atos de currículo, precisam ser vislumbrados sob a ótica dos seus agentes. Trata-se de um processo constantemente tensionado por questões sociais, políticas e culturais que permeiam a vida dos atores curriculares.

METODOLOGIA

A pesquisa assume uma abordagem qualitativa, afinal, se direciona à compreensão de processos e fenômenos que contribuem para a legitimação das práticas corporais nos atos de currículo da Educação Física no Ensino Médio. “Uma das grandes postulações da pesquisa qualitativa é a de sua atenção preferencial pelos pressupostos que servem de fundamento à vida das pessoas” (Triviños, 1987, p. 130). Ela se preocupa com o entendimento de como as coisas acontecem e, sobretudo, o porquê de acontecerem de uma determinada maneira.

O presente estudo pode ser caracterizado como uma pesquisa de cunho exploratório com aporte da análise documental. Compuseram o corpus empírico da pesquisa os projetos político-pedagógicos de 3 escolas públicas de Ensino Médio situadas no município de Simão Dias, em Sergipe: a Escola Estadual Fausto Cardoso (EEFC); o Colégio Estadual Dr. Milton Dortas (CEMD) e Colégio Estadual Senador Lourival Batista (CESLB), bem como os planos de ensino de 10 professores de Educação Física.

Importa dizer que os documentos em questão devem atender às diretrizes do Referencial Curricular da Rede Estadual de Ensino de Sergipe, publicado em 2013. Após conversas com os

sujeitos envolvidos, quando foram apresentados o objetivo e método do estudo e assumido o compromisso de preservar suas identidades, as equipes gestoras responsáveis pelas instituições e os docentes autores dos planos de ensino assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética do Centro Universitário AGES, sob o parecer de nº 3.999.833.

Na seleção dos planos de ensino foram utilizados os seguintes critérios: estarem completos, constando todas as unidades letivas; corresponderem ao ano letivo em que o estudo se iniciou; tenham sido entregues à gestão escolar. Seus autores deveriam possuir Licenciatura em Educação Física; atuar como professor efetivo da rede estadual, há pelo menos 3 anos na mesma escola. Todos os materiais solicitados foram concedidos e durante a investigação não houve desistências.

Os documentos foram submetidos à análise de conteúdo preconizada por Bardin (2011, p. 47). Conceitualmente, “[...] a Análise de Conteúdo se define como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que aposta grandemente no rigor do método como forma de não se perder na heterogeneidade de seu objeto.” Para alcançar o objetivo do estudo, empreendemos a Análise de Conteúdo a partir de categorias temáticas.

ATOS DE CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: discussão à luz dos resultados encontrados na análise documental

A análise de conteúdo dos projetos político-pedagógicos das escolas e dos planos de ensino dos docentes fez transparecer o processo de legitimação das práticas corporais nos atos de currículo. A leitura em conjunto propiciou a elaboração das seguintes categorias de análise: 1) aspectos estruturais e materiais; 2) aspectos curriculares e pedagógicos; e 3) temas selecionados.

Verificamos que a ausência de espaços e materiais adequados nas escolas pesquisadas pode limitar o acesso do estudante a inúmeras práticas corporais, o que pode, também, induzir à resistência à vivência de outras tantas, considerando a possibilidade que se adotem aquelas cujos recursos estejam disponíveis ou, mesmo, que não empreguem recurso algum.

Tenório, Tassitano e Lima (2012, p. 312), em pesquisa realizada com professores de Educação Física de escolas estaduais de Maringá (PR), constataram a falta de estrutura física da instituição como uma das dificuldades para a condução da prática pedagógica, influenciando diretamente na participação efetiva dos estudantes nas vivências das práticas corporais. A “Educação Física, como as demais disciplinas, tem uma demanda por espaços e materiais específicos dentre eles a quadra/ginásio/pátio para o desenvolvimento dos conteúdos”.

Com relação às questões curriculares e pedagógicas, identificamos nos documentos analisados a existência de iniciativas extraclasse que abarcam as práticas corporais. Foram observados projetos diversos, desde aqueles com apelo à cultura, como a “mostra cultural das danças” e a “Semana de Arte, Cultura, Ciência e Desporto”, até outros com enfoque na iniciação esportiva, com a oferta no contraturno de aulas de voleibol, futsal e caratê.

Tais projetos parecem assumir papéis importantes nos atos de currículo. Por vezes, podem favorecer o trabalho feito nas aulas de Educação Física ministradas em horário regular, mas, em alguns casos, representam “tropeços” do componente. As atividades podem confundir o alunado e criar uma oposição entre objetivos e métodos dos chamados “projetos sociais” e a tematização realizada durante as aulas regulares. Esse conflito repercute no processo de legitimação de determinadas práticas corporais. “De forma direta ou indireta, uma vez dentro da escola, o chamado Projeto Social Esportivo (PSE) passa a fazer parte do currículo, influenciando na constituição dos sujeitos da educação” (Silva e Neira, 2014, p. 325). É importante entender a distinção que há entre essas duas ações – aulas regulares de Educação Física e projeto – “ambas permanecem interligadas ao menos nas representações dos alunos, uma vez que os participantes são os mesmos e o foco do trabalho pedagógico são as práticas corporais”. (Silva e Neira, 2014, p. 325).

Os projetos esportivos oferecidos no contraturno constituem atos de currículo, muito embora possuam finalidades distintas e, como se sabe, almejem a formação de identidades divergentes. Enquanto as aulas de Educação Física obrigatórias para todas as turmas se voltam à formação de identidades solidárias, as atividades dos projetos esportivos almejam as identidades vencedoras (Neira, 2022). Os conflitos entre as objetivações pedagógicas dos projetos e das aulas regulares podem ser cruciais para a aceitação e rejeição de determinadas práticas corporais.

A análise dos projetos político-pedagógicos e dos planos de ensino elaborados pelos professores e professoras de Educação Física, permitiu identificar as concepções que influenciam esses documentos e quais conhecimentos são considerados válidos. Também se observou a permanência da tradição do componente, um provável resultado da bagagem acumulada por cada docente.

Notamos, por exemplo, uma preocupação recorrente com a teorização de conceitos como atividade física, exercício físico, saúde, estilo de vida e qualidade de vida. Esses resultados se assemelham aos obtidos por Martins e Souza (2020), em que as questões relacionadas à aptidão física e saúde ocupam a segunda posição nos planos de ensino dos professores do Ensino Médio do município de Canindé (CE). Na visão dos autores, o fato se vincula à preocupação da sociedade com a temática da saúde pelo viés biológico. Já para Neira (2015), essa preocupação nos leva para

outros períodos da história da Educação Física, onde a preocupação estatal levava o currículo a intencionalizar a formação de identidades saudáveis (Neira, 2022).

Naquele contexto, sobressaía a preocupação das autoridades estatais com o corpo, a saúde e a força de trabalho da população. Vistas como meio de desenvolvimento físico e moral, as atividades corporais sistematizadas cumpriam intenções e objetivos higienistas. O surgimento dos métodos ginásticos foi um episódio decisivo para a inclusão dessa prática nas instituições educativas, reforçando os vínculos entre a Educação Física e a aquisição e melhoria da saúde. (Neira, 2015, p. 235)

Acerca das práticas corporais quando tomadas como temas a serem abordados, percebe-se nos planos de ensino analisados o predomínio de esportes coletivos da tradição euro-estadunidense, capitalista, heteronormativa e cristã: vôlei, futsal, handebol e basquetebol. Aqui verificamos resultados similares aos encontrados por Macedo *et al.* (2018), em escolas de Ensino Fundamental de Paripiranga (BA) e Simão Dias (SE) e a aproximação com a identidade perseguida pelos projetos esportivos que acontecem no contraturno: a identidade vencedora.

Interessante notar que ao privilegiarem esses temas, os documentos anunciam concepções contrárias à Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio – BNCC (Brasil, 2018), ao Currículo de Sergipe (Sergipe, 2022) e ao próprio estágio dos conhecimentos acerca do ensino da Educação Física na escola. Em ambos os casos, o componente se insere na área das Linguagens, o que implica a adoção de outras formas de selecionar os temas a serem abordados, planejar e realizar as ações didáticas (Neira e Nunes, 2022).

A presença marcante desses esportes nos planos de ensino indica quais práticas corporais são de fato legitimadas nos atos de currículo, interferindo no processo de constituição identitária dos estudantes. Sobre o assunto, Neira (2018, p. 08) enfatiza: “Ao legitimarem códigos do esporte, modelos de saúde e padrões de movimento herdados dos cânones culturais, constroem subjetividades e instituem identidades e diferenças”.

Reforçando esse processo, observamos que as escolhas feitas parecem favorecer um entendimento de que as práticas corporais devem colocar-se a serviço de outras aprendizagens, pouco reconhecendo e valorizando os artefatos culturais disponíveis nas comunidades em que as escolas se situam. Tudo leva a crer que o trabalho planejado a partir de competências reduz a experiência com as práticas corporais a um papel secundário e utilitarista.

Verificamos, ainda, que as competências dialogam com os temas propostos, e se impõem aos educandos como estruturas que visam à memorização dos conceitos, vivência dos procedimentos e adoção de atitudes capazes de estabelecer relações e solucionar problemas que

envolvem as práticas corporais dentro e fora da escola. O que nos pareceu um tanto genérico e automatizado ao darem vazão a uma perspectiva estrutural e utilitarista. No tocante aos objetivos mencionados, constatamos uma aproximação dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (Brasil, 1998) e a sua organização em blocos de conteúdo. É possível ainda verificar uma noção de utilização das práticas como ferramentas, instrumentos, seja para a aquisição da gestualidade característica dos esportes ou, ainda, para a crítica aos padrões corporais difundidos pelas mídias. Igualmente se percebe que a noção de habilidade, ao afastar-se do que preconiza a BNCC, corrobora o processo de legitimação das práticas corporais já mencionadas, dada a preocupação com as vivências pautadas na noção biológica ou voltadas para a aquisição de atitudes um tanto vagas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos projetos político pedagógicos das escolas e dos planos de ensino dos professores e professoras permitiu identificar as práticas corporais abordadas nos atos curriculares da Educação Física do Ensino Médio de 3 escolas de Simão Dias (SE). Também levou a estabelecer relação entre a maneira como são abordadas e a construção de identidades mediante a circulação de determinadas representações dos sujeitos almejados.

No início do estudo, pensávamos que encontraríamos diferenças significativas entre os atos de currículo da Educação Física das instituições participantes, mesmo sendo pertencentes a uma mesma rede de ensino e situando-se num mesmo município. No entanto, para nossa surpresa, predominaram as semelhanças. Quando voltamos nosso olhar para os projetos político pedagógicos constatamos que os documentos estão desatualizados, apesar da legislação determinar o contrário. Inexistem menções aos recursos disponíveis e utilizados nas aulas, havendo apenas a descrição dos locais utilizados para a vivência das práticas corporais. Consideramos as questões estruturais e materiais de fundamental importância, pois podem influenciar nos processos de legitimação das práticas corporais, uma vez que operam como meios facilitadores das ações pedagógicas, influenciando, sem dúvida, na definição dos temas a serem abordados.

Nos aspectos curriculares e pedagógicos, identificamos aproximações com a BNCC e, principalmente, os PCN do Ensino Fundamental. O que não deixa de ser intrigante, pois revela um certo anacronismo da concepção de Educação Física que orienta os docentes. Essa percepção se fortalece quando se miram as os objetivos propostos e a organização em blocos. Afinal, carregam uma visão estrutural e utilitarista que se espera de um currículo pensado a partir de competências.

Acerca das práticas corporais dominantes, ou seja, as legitimadas, verificamos que os esportes oriundos dos Estados Unidos e Europa são privilegiados nos atos de currículo. Até aqui, nada de muito diferente de resultados encontrados nos trabalhos que buscavam quantificar e classificar as práticas corriqueiras dos currículos de Educação Física. As constâncias e inconstâncias presentes nos planos de ensino evidenciam as influências que motivam a elaboração desses documentos. É possível vislumbrar que o currículo pouco dialoga com os contextos e anseios dos alunos. Os documentos não explicitam preocupações com a diversificação das práticas corporais, o que poderia indiciar um alinhamento à formação de identidades baseadas nas necessidades que emergem da cultura dos sujeitos.

Por fim, após a análise documental, somos levados a crer que pouco temos avançado, as práticas legitimadas parecem ser as mesmas daquelas vigentes nas últimas décadas quando, o desenho social era outro e o público escolar também. Embora as motivações para sua presença sejam distintas, não restam dúvidas que a tradição do componente impacta diretamente os atos do currículo nas escolas investigadas.

Apesar dos resultados desanimadores, alertamos que há muito a ser investigado. Esperamos que o presente estudo possa subsidiar outras pesquisas com maior amplitude e abrangência.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BÁRTOLO, José. **Corpo e sentido**: estudos intersemióticos. Portugal/Covilhã: Livros LabCom, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O conhecimento pelo corpo. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Tradução Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 157-198.

BRACHT, Valter. **Educação Física e ciências**: cenas de um casamento (in)feliz. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

GALAK, Eduardo. Construir el cuerpo: cuatro consideraciones epistemo-metodológicas y tres metáforas para pensar el objeto de estudio 'cuerpo'. **Poiésis**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIVALI. Tubarão/SC, v. 8, n. 14, p. 348-364, jul./dez. 2014.

Disponível em: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.9579/pr.9579.pdf. Acesso em: 2 dez. 2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LAZZAROTTI FILHO, Ari; SILVA, Ana Márcia; ANTUNES, Priscilla de Cesaro; SILVA, Ana Paula Sales da; LEITE, Jaciara Oliveira. O termo práticas corporais na literatura científica brasileira e sua repercussão no campo da educação física. **Movimento**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 11–29, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/9000> Acesso em: 2 dez. 2023.

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. Tradução de Fábio dos Santos Creder Lopes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo: campo, conceito e pesquisa**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

MACÊDO, Libni; RAMOS, Tiago de Melo; PURIFICAÇÃO, Thaís Almeida; NEIRA, Marcos Garcia. Análise de atos de currículo na educação física em escolas da rede municipal de Simão Dias - SE e Paripiranga – BA. **Conexões: Educação Física, Esporte e Saúde**, Campinas: SP, v. 16, n. 3, p. 281-298, jul./set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8650464/18458> Acesso em: 30 nov. 2023.

MESQUITA JUNIOR, Paulo Fernando; THIESEN, Juares da Silva. Identidade pedagógica e curricular da Educação Física escolar: territórios de reconhecimento e legitimidade no Instituto Federal Catarinense. **Motrivivência**, v. 28, n. 48, p. 241, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2016v28n48p241> Acesso em: 29 nov. 2023.

MANSKE, George Saliba. Práticas corporais como conceito? **Movimento**, [S. l.], v. 28, p. e28001, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/118810>. Acesso em: 2 dez. 2023.

MAUSS, Marcel. As Técnicas Corporais. In **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2015. p. 397-420.

NEIRA, Marcos Garcia. Valorização das identidades: a cultura corporal popular como conteúdo do currículo da Educação Física. **Motriz**, Rio Claro, v.13, n.3, pp.174-180, jul./set. 2007. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/820> Acesso em: 27 set. 2023.

NEIRA, Marcos Garcia. A Educação Física em contextos multiculturais: concepções docentes acerca da própria prática pedagógica. **Currículo sem Fronteiras**, v. 8, n. 2, pp.39-54, jul./dez., 2008. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol8iss2articles/neira.htm> Acesso em: 03 dez. 2023.

NEIRA, Marcos Garcia. Análises das representações dos professores sobre o currículo cultural da Educação Física. **Interface**. Botucatu, v. 14, n. 35, p. 783-795. dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/YqRL45kX97wt98JcJyt5F6J/>. Acesso em: 03 dez. 2023.

NEIRA, Marcos Garcia. Análises dos currículos estaduais de Educação Física: inconsistências e incoerências percebidas. **cadernoscenpec**, São Paulo, v.5, n. 2 p.233-254, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/340/336> Acesso em: 23 jul. 2023.

NEIRA, Marcos Garcia. O currículo de Educação Física e o posicionamento dos sujeitos. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 11, n. 22, ago/dez de 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2997> Acesso em: 29 abr. 2023.

NEIRA, Marcos Garcia. Abordagens ou currículos da Educação Física? **Connectionline**, Vargem Grande, n. 28. p. 39-51, nov. 2022. Disponível em: <https://periodicos.univag.com.br/index.php/CONNECTIONLINE/article/view/2063>. Acesso em 03 dez. 2023.

NEIRA, Marcos Garcia. O currículo cultural da Educação Física: pressupostos, princípios e orientações didáticas. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.16, n.1, p. 4-28, jan./mar., 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/27374> Acesso em: 31 out. 2023.

NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. Currículo cultural, linguagem, códigos e representação. In: **Epistemologia e didática do currículo cultural da Educação Física**. São Paulo: FEUSP, 2022. p. 14-38.

NEIRA, Marcos Garcia; UVINHA, Ricardo Ricci. **Cultura corporal: diálogos entre Educação Física e lazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NEVES, Marcos Ribeiro. **O currículo cultural da Educação Física em ação: efeitos nas representações culturais dos estudantes sobre as práticas corporais e seus representantes**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2018.

NUNES, Mário Luiz Ferrari; SILVA, Fidel Machado de Castro; BOSCARIOL, Marina Contarini; NEIRA, Marcos Garcia. Vivência e experiência no currículo cultural da Educação Física. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 32, e20190047, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/R948JG34vHkSZsyBn9LsK7z/?lang=pt#> Acesso em: 03 dez. 2023.

SERGIPE. **Currículo de Sergipe: integrar e construir - ensino médio**. Aracaju, SE: Secretaria de Estado da Educação do Esporte e da Cultura, 2022.

SILVA, Silvio Sipliano, NEIRA, Marcos Garcia. Educação Física escolar *versus* projeto social esportivo: quando os donos da casa perdem o jogo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 36, n. 2, supl., p. S324-S337, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/2136> Acesso em: 9 ago. 2023.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VELOZO, Emerson Luís. **Cultura de movimento e identidade: a educação física na contemporaneidade**. Tese (Doutorado em Educação Física) Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 2009.

ZOBOLI, Fabio; MEZZAROBA, Cristiano. Corpo e política: Notas sobre a educação do corpo. **Revista Kinesis**, Santa Maria, v. 37, p. 01-11, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/kinesis/article/view/35864> Acesso em: 30 mar. 2023.

NOTAS DE AUTOR

AGRADECIMENTOS

Este texto é fruto de uma pesquisa de mestrado em Educação realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED-UFS).

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética do Centro Universitário AGES, sob o parecer de nº 3.999.833.

CONFLITO DE INTERESSES

A autoria entende que não há conflito de interesses

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Motrivivência - ISSN 2175-8042** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Mauricio Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

EDITOR DE SEÇÃO

Juliano Silveira

REVISÃO DO MANUSCRITO E METADADOS

Comissão Editorial

HISTÓRICO

Recebido em: 18.10.2023

Aprovado em: 06.02.2024

